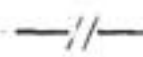


ESP. MILITARES
ARQUIVOS ESPEC.
ESPEC. MILITARES
Doc. Div. 74 P. 25 A/18

PARA UMA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE

1. A luta pela emancipação das massas trabalhadoras de Portugal é inseparável do combate pela independência nacional: Portugal só será verdadeiramente independente quando cada português for independente política, espiritual e economicamente. A independência de Portugal só terá sentido quando corresponder à independência de todos os portugueses - e não só de alguns.
 2. Na ordem externa, o movimento de libertação nacional e social dos portugueses só se garante se corresponder a uma actuação independente no contexto internacional. Só uma política externa independente garantirá verdadeiramente o sucesso da luta pela emancipação nacional, económica e social do Povo Português.
 3. Desmobilizar e activar a política externa portuguesa, tirá-la do impasse em que esteve durante anos seguidos é exigência primacial na formulação da política de salvação nacional necessária ao País. Procurar novos contactos, abrir portas até agora fechadas e promover relações em todos os quadrantes são tarefas que têm de cumprir-se com realismo e audácia mas sem passos em falso nem precipitações que possam comprometer o equilíbrio da nossa política externa. Nada deve ser feito que pareça inclinarmo-nos mais para um dos centros de poder ou que leve Portugal exclusivamente para o quadro de relações entre as duas superpotências.
 4. Reconhecer a União Soviética é um passo positivo no estabelecimento do neutralismo que deve nortear a política externa portuguesa. Mas, reconhecê-la sem atender à existência da República Popular da China, arrisca a posição de Portugal no contexto das nações do Terceiro Mundo, desligando-o da solidariedade dos Estados que não aceitam - como não devemos acitar - a hegemonia das duas superpotências mundiais.
- O Movimento Federalista Português pensa que o reconhecimento da União Soviética não acompanhado imediatamente do reconhecimento da República Popular da China é uma medida precipitada e pode comprometer seriamente a independência da política externa portuguesa.



COMUNICADO SOBRE AS ELEIÇÕES ADMINISTRATIVAS

A substituição das autarquias administrativas a seguir ao 25 de Abril foi dirigida pelo Movimento Democrático Português, que associa o Partido Comunista Português, o Partido Socialista, o Partido Popular Democrático e algumas personalidades que ainda não optaram por qualquer um desses partidos.

É evidente que o Movimento Federalista Português não precisava da contraprova dos protestos que aqui e além têm surgido, para negar a representatividade real dessas Comissões Administrativas. Nada disse, porém, sobre o problema, por verificar que a substituição dos corpos administrativos, numa altura em



.../

estavam organizadas a nível de massas apenas a ANP e a CDE só poderia ser feita por esta última, afastada que estava, legalmente, a organização do ex-presidente do conselho. Dadas as características provisórias da nomeação, quiz-nos parecer que ela não traria grandes riscos para a democracia que se desejava implantar.

Não o têm pensado assim, porém, alguns dos partidos que integram o MDP. É o caso do FPD, que chega a afirmar estarmos perante uma ANP de sinal contrário. É o que se passa também com o Partido Socialista, que tudo leva a considerar defen da eleições urgentes para os corpos administrativos também por motivos relaciona dos com o crescente controle do MDP pelo partido mais bem organizado dos que in tegram a plataforma política da Situação - o PCP.

Estes problemas contribuem para que o Movimento Federalista Português de seje que se realizem eleições para os corpos administrativos o mais rapidamente possível, - secundando, por isso, a posição do PSP - lembrando apenas a necessi dade de adequado recenseamento, para o qual são precisos alguns meses. Como regra a seguir aponta-se a de as comissões recenseadoras serem totalmente independentes das actuais Comissões Administrativas.